

Parece que a pregação do ministro deu certo demais

Vivemos num país curioso. Quando a inflação salta de 17,8% para 22,4% ao mês, somos convencidos de que aquele é o momento para se iniciar o combate "de vida ou morte" contra o mal. Foi, como sabem os leitores, o que ocorreu no início de 1986, quando o presidente José Sarney anunciou o início da "derrubada da fortaleza inflacionária", com o Plano Cruzado. Algum tempo depois, quando a inflação passa de 27% para 33%, dizem-nos que tudo corre dentro da mais absoluta normalidade.

Na semana passada, o IBGE anunciou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 33,18% em agosto, um número bastante superior aos 27,40% de julho. É um aumento muito maior do que o previsto pelo governo, de 1 ou 2 pontos de porcentagem ao mês para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela mesma metodologia empregada na aferição do INPC mas para um período diferente. Para se ter uma ideia das dimensões desse salto, basta dizer que, se ele for mantido, o INPC chegará a 40% já em setembro e estaremos fechando o ano com um índice mensal superior a 70%.

O IPC (adotado como a inflação oficial) foi o índice que apresentou o melhor comportamento no mês passado: variou 29,34%, índice pouco superior aos 28,76% de julho. Foi amplamente superado pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (antiga medida oficial da inflação), que cresceu 36,5%, e pelo Índice do Custo de Vida calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), com aumento de 36,32%. Esteve abaixo também do Índice de Custo de Vida da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, com 30,95%, e do Índice do Custo de Vida da Classe Média calculado pela Ordem dos Economistas de São Paulo, com 31,78%.

Esses números fortalecem a suposição de que, neste mês, o IPC terá uma variação expressivamente superior à de agosto. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, admite que a

variação poderá chegar a 33% em setembro. A própria Secretaria da Receita Federal já trabalha com essa previsão na fixação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) diário. Na quinta-feira, o BTN projetava uma inflação de 33,22%, contra projeção de 31,96% na véspera; na sexta-feira, a inflação projetada era de 33,14%. Alguns técnicos da área econômica, porém, já falam em 34%.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, consumiu boa parte de seu horário de trabalho em julho para convencer o empresariado, os economistas, a sociedade em geral de que, embora alta, a inflação não havia escapado ao controle. Seria possível, garantia o ministro, mantê-la nos níveis atuais até a posse do futuro presidente, quando então poderiam ser adotadas medidas efetivas para combatê-la — medidas que este governo não pode mais adotar, por carecer de credibilidade. A honestidade de propósitos do ministro conseguiu reverter o clima de "catastrofismo", como ele mesmo definiu, e a inflação de agosto, praticamente igual à de julho, serviu para reforçar sua pregação.

Os números que se antevêm para setembro, no entanto, mostram que a inflação está aumentando sua velocidade. Mas nem todos parecem ter-se dado conta disso. A pregação do ministro obteve tal sucesso que muitos dos chamados agentes econômicos parecem despreocupados com a aceleração inflacionária.

Na opinião do presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, a previsão feita pelo ministro do Planejamento (33% para setembro) "não é preocupante". Ele vai além. Acha mesmo possível programar investimentos com uma inflação de 31% ou 33%, porque o país ainda não ingressou na hiperinflação. Isso só ocorreria, segundo ele, na faixa superior a 40%.

Em que, fundamentalmente, uma inflação de 40% é pior do que uma de 33%? Ambas são índices insuportáveis que deveriam ter o efeito de um estridente sinal de alarme. A indexação, que protege parcialmente os agentes, nada mais é do que uma anestesia, que permite a convivência temporária com o mal inflacionário. A inflação nos níveis em que se encontra hoje é evidentemente assustadora e o fato de os agentes econômicos terem sido convencidos pelo ministro Maílson da Nóbrega de que não se devem assustar é mais assustador ainda. Ele revela que o resultado da pregação do ministro foi o de reduzir a sensibilidade para o perigo. Isso num momento em que o perigo é cada vez mais evidente. Com a corrosão de suas receitas e o crescimento de suas despesas, o governo é obrigado a recorrer mais e mais ao mercado financeiro. E é obrigado a pagar sempre mais. O custo da rolagem da dívida interna do Tesouro, por exemplo, cresceu 120%, em termos reais, este ano. Outro fenômeno típico de períodos inflacionários é a redução dos prazos. Em junho último, esse prazo estava em 4 meses e 13 dias, o mais apertado desde 1970. A contrapartida da redução dos prazos é o aumento do custo de rolagem dessa dívida, com maior pressão sobre o déficit do Tesouro.

Estes são outros indicadores do colapso do setor público, que produziu esta crise sobre a qual somos forçados a falar quase todos os dias. Não há indicação de que o futuro próximo seja melhor. Mesmo em anos não eleitorais há uma tendência de alta da inflação nos últimos meses do ano (o Plano Cruzado e o Plano Verão não foram, afinal, a "resposta" do governo a essa tendência?), agravada agora pela necessidade de recomposição das tarifas públicas.

Temos de admitir que o embaixador Rubens Ricúpero tem razão ao dizer que os brasileiros, em

geral, têm sido lenientes no combate à inflação. É provável que a pregação do ministro da Fazenda tenha aumentado essa leniência. Mas as pessoas verdadeiramente responsáveis não podem estar despreocupadas hoje.